

Fundamentos e Rupturas na Teoria Econômica: 250 anos de *A Riqueza das Nações* e 90 de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*

Foundations and Ruptures in Economic Theory: 250 Years of The Wealth of Nations and 90 Years of The General Theory of Employment, Interest and Money

AUTORIA

Rosalina Lima Izepão
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ-UEM, BRASIL
rlizepao@uem.br

Denise da Silva Mota Carvalho
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ-UEM, BRASIL
dsmota.01@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Economia política;
Macroeconomia;
Rupturas teóricas

KEYWORDS

Political economy;
Macroeconomics;
Theoretical ruptures

JEL CODE

B10, B12, B22.

ÁREA

Área 1 – História Econômica,
Economia Política e Metodologia

RESUMO

O ano de 2026 celebra dois marcos centrais na história do pensamento econômico: os 250 anos de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, e os 90 anos de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes. O artigo analisa as contribuições dessas obras para a formação e evolução da teoria econômica, ressaltando contextos históricos, fundamentos teóricos e repercussões na ciência contemporânea. Discute-se o papel de Smith na consolidação da economia política como campo autônomo no século XVIII e a ruptura keynesiana com o paradigma clássico diante da crise de 1929, que originou a macroeconomia moderna. Além de contrastar métodos e diagnósticos, identificam-se elementos de continuidade e complementaridade, como o enfoque no funcionamento sistêmico, nas instituições e no bem-estar social. Por fim, destaca-se a atualidade de suas ideias diante dos desafios contemporâneos e a relevância de revisitar os clássicos.

ABSTRACT

The year 2026 celebrates two central milestones in the history of economic thought: the 250th anniversary of Adam Smith's *The Wealth of Nations* and the 90th anniversary of John Maynard Keynes's *The General Theory of Employment, Interest and Money*. This article examines the contributions of these works to the formation and evolution of economic theory, highlighting their historical contexts, theoretical foundations, and impacts on contemporary science. It discusses Smith's role in consolidating political economy as an autonomous field in the eighteenth century, as well as the Keynesian rupture with the classical paradigm in the wake of the 1929 crisis, which gave rise to modern macroeconomics. Beyond contrasting methods and diagnoses, the article identifies elements of continuity and complementarity, particularly regarding systemic functioning, the role of institutions, and the centrality of social welfare. Finally, it emphasizes the relevance of their ideas for current challenges and the importance of revisiting the classics.



This paper is Distributed Under
the Terms of the Creative
Commons Attribution 4.0
International License

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2026 celebra dois momentos históricos fundamentais para a teoria econômica: os 250 anos da publicação da obra “Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações” (1776), de Adam Smith, e os 90 anos de “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (1936), de John Maynard Keynes. Embora separados por mais de um século e meio, esses dois autores representam pilares da formação e da transformação do pensamento econômico. Suas contribuições não apenas refletiram os desafios de suas épocas, mas também moldaram, de maneira profunda e duradoura, as bases da análise econômica contemporânea.

Smith é amplamente reconhecido como o “pai da economia”, tanto por inaugurar formalmente o campo da economia política, como por articular um sistema teórico que combina liberdade individual, funcionamento dos mercados e organização social. Em um contexto distinto, Keynes se consagrou por romper com os pressupostos da teoria clássica ao elaborar um novo paradigma analítico, adequado à realidade das grandes crises econômicas do século XX. Sua obra representou um divisor de águas, dando origem à macroeconomia como subcampo autônomo ao mesmo tempo que reformulou o papel do Estado na economia.

Apesar das diferenças de contexto, método e foco, Smith e Keynes não devem ser lidos como autores em oposição absoluta. Ao contrário, suas ideias compõem um contínuo histórico de elaboração crítica sobre os dilemas da produção, da distribuição e da estabilidade econômica. Este artigo tem por objetivo analisar as obras “A Riqueza das Nações” e “A Teoria Geral” como marcos fundamentais na consolidação e transformação da teoria econômica, destacando suas contribuições, contextos históricos e impactos na ciência econômica contemporânea.

Para isso, busca-se: (i) examinar os fundamentos teóricos e o contexto histórico de “A Riqueza das Nações”, destacando seu papel na institucionalização da economia como área de conhecimento distinta no século XVIII; (ii) investigar as críticas e rupturas promovidas por Keynes à teoria clássica, destacando as inovações conceituais da “Teoria Geral” frente à crise de 1929 e ao contexto do século XX; e (iii) comparar as contribuições de ambos os autores, demonstrando como suas ideias, embora inseridas em tempos distintos, permanecem influentes e complementares na formação do pensamento econômico atual.

2 A FUNDAÇÃO DA ECONOMIA COMO SABER SISTEMÁTICO: ADAM SMITH E A RIQUEZA DAS NAÇÕES

A compreensão de um autor como Adam Smith (1723-1790) requer que suas ideias sejam consideradas no tempo histórico em que foram concebidas, não somente para evitar anacronismos, mas, também, porque cada época tem suas especificidades culturais, econômicas, religiosas, sociais e políticas que influenciam os escritores na construção dos seus valores e de suas ideias, além de nos permitir compreender melhor as metáforas, conceitos e mensagens que o autor quis transmitir sobre os

acontecimentos que permeavam a época em que viveu e que deram origem ao seu objeto de estudo.

Quando Adam Smith publicou a obra “A Riqueza das Nações”, em 1776, o autor já era amplamente conhecido internacionalmente pela sua segunda mais importante obra, a “Teoria dos Sentimentos Morais”, de 1759. Tanto o primeiro, quanto o segundo livro tratavam de temas atuais e muito debatidos à época, por diversos autores, de diferentes áreas do conhecimento. Uns com posições complementares, outros com ideias contrárias, situações naturais e desejáveis para evolução das ideias e das ciências, pois, em todos os tempos emergem fenômenos que precisam ser explicados.

O século XVIII não foi diferente. Conhecido como o século das luzes, em razão do movimento iluminista que, entre outras coisas, defendia a liberdade política e econômica; a igualdade jurídica; a propriedade privada como fruto da ordem natural e a tolerância religiosa, em contraposição à sujeição dos indivíduos e da nação ao Estado absolutista e suas políticas mercantilistas. Foi um tempo de florescimento das artes, das ciências, da física e da filosofia. Na esfera política e econômica prevaleciam os Estados nacionais europeus absolutistas mercantilistas, caracterizados pelo excesso de regulações pelo Estado, que atrasavam o crescimento econômico destes países e os mantinha presos ao capitalismo, na sua comercial. Na França, os fisiocratas até tentaram propor um modelo de crescimento capitalista agrário, representado no “*Tableau Économique*” criado por François Quesnay e publicado em 1758. Mas a França foi um Estado nacional altamente absolutista mercantilista até 1789, ano da Revolução Francesa e, por isso, a ideia nunca saiu do papel.

Na Grã-Bretanha, da época de Smith, a situação era totalmente diferente. A primeira revolução burguesa, a “Revolução Inglesa”¹ ocorreu na Inglaterra, resultando na implantação, em 1688, da Monarquia Parlamentarista. Assim, o monarca reinava, mas quem administrava o país eram os capitalistas, sem distinção do setor econômico que representavam. A segunda revolução burguesa, ou seja, a I Revolução Industrial, também ocorreu na Grã-Bretanha um século mais tarde, favorecida pelas políticas mais liberais do que protecionistas emanadas do Parlamento britânico e das condições históricas ligadas à forte acumulação de capital gerando poupança e investimentos, sobretudo na indústria e no campo; às mudanças tecnológicas aplicadas a estes dois setores; à abundância de recursos naturais, em especial de carvão mineral e minério de ferro; à expansão dos mercados e dos transportes; além do crescimento demográfico.

Assim, quando Smith publicou “A Riqueza das Nações,” a Grã-Bretanha já exercia substancial domínio sobre a economia mundial tanto por meio do colonialismo, quanto pelo livre comércio exercido através do monopólio do poder naval, o que levaria a Grã-Bretanha a usufruir de maior parte dos benefícios da expansão econômica da época, em escala global. Para Hobsbawm (1978), a expansão do mercado externo britânico não se deu por meio do liberalismo, mas, sim como fruto da agressiva política externa do Estado inglês. Portanto, quando se lê o livro “A riqueza das nações”, o que se vê é esta Grã-Bretanha, tendo a Inglaterra como centro,

¹ Esta Revolução teve quatro fases: A Revolução Puritana (1640/42 – 1649), a República e o Protetorado de Cromwell (1649-1658), a Restauração Monárquica (1658-1688) e a Revolução Gloriosa (1688 – 1689).

única nação industrializada do mundo e com todos os continentes como seu mercado externo.

Portanto, Adam Smith viveu na Grã-Bretanha quando, nela, se consolidava o capitalismo já na sua fase industrial. Era uma sociedade com muita desigualdade, como o próprio Smith reconhece: “Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos” (Smith, 1988, p.16, v. III). Apesar da miséria da população assalariada foi uma época que em que se constituíram grandes fortunas, tendo os capitalistas objetivos de lucrar e acumular

Neste contexto, embora Adam Smith não aprovasse a acumulação pela acumulação como evidência, claramente, no Livro Segundo de “A Riqueza das Nações,” via neste acúmulo de capital, benefícios para sociedade ao promover a divisão do trabalho e, por consequência, aumentar a produtividade, sobretudo na indústria. Esta divisão do trabalho era o que diferenciava as nações ricas, das pobres, segundo o autor. Porque era a divisão do trabalho impulsionada pelo intercâmbio nos mercados que gerava a abundância de bens tangíveis, nas sociedades avançadas, isto é, ricas. Assim, para Smith a divisão do trabalho seria a chave para o crescimento econômica das nações.

É partir destas constatações, feitas durante anos de estudos, viagens e observações empíricas, que ele trouxe a sua resposta para uma das questões mais debatidas, no campo econômico, de sua época: No longo prazo, o que gera a riqueza de uma nação? Desta questão advém outra: Quais fatores interagem entre si para que ocorra a acumulação de capital em uma nação próspera? Nas suas respostas Smith considerou o comportamento individual das pessoas, dos indivíduos entre si e em sociedade, questões que foram consideradas tanto na “Teoria dos Sentimentos Morais”, quanto em “A Riqueza das Nações”, na primeira como especulação e na segunda com fatos dados históricos e empíricos.

Na “Teoria dos Sentimentos Morais” (1999), Smith analisa as motivações do comportamento humano, a empatia e os fundamentos éticos das ações individuais em sociedade. É nessa obra que ele desenvolve a noção de espectador imparcial, conceito central para entender seu pensamento normativo sobre justiça, equidade e comportamento ético. Essa construção filosófica permitiu a Smith conceber uma sociedade que, mesmo sem um Estado coercitivo, poderia alcançar harmonia e o bem coletivo, por meio de normas sociais internalizadas e interações espontâneas. Estas ideias representam uma defesa ao Estado liberal, em contraposição ao absolutismo vigente nos países europeus da época, exceto na Inglaterra e na Escócia onde Smith passou parte de sua vida. Smith evidencia, nesta obra, que as pessoas não precisam viver sob a tutela de um Estado centralizado, pois existem freios morais que limitam o natural egoísmo humano e o torna um ser social, perfeitamente capaz de viver em sociedade.

Esse arcabouço moral é essencial para compreender “A Riqueza das Nações” na qual Smith investiga os mecanismos pelos quais os indivíduos, ao buscarem seus próprios interesses, promovem benefícios sociais por meio do livre funcionamento dos mercados. Ao reunir filosofia moral, teoria e história, além da análise institucional, Smith funda a Economia como um campo científico de estudo autônomo e separado das demais ciências morais. Com esta obra, Smith inaugura a tradição clássica que dominaria o pensamento econômico nos séculos seguintes, isto é, a Economia

Política, definida por ele como: “[...] setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador [...] que tem dois objetivos distintos: primeiro prover uma renda ou manutenção farta para a população [...] segundo, prover o Estado [...] de uma renda suficiente para os serviços públicos [...]” (Smith, 1988, p. 43, v. II).

O ponto de partida da obra “A Riqueza das Nações” é a definição de riqueza como sendo a produção anual de bens tangíveis. A chave para o aumento desta riqueza, isto é, da produção é o aperfeiçoamento constante da divisão do trabalho, cuja origem está na propensão humana às trocas, pautada autointeresse. Trata-se um sentimento egoísta, mas que tem na moral e na ética, freios que transformam este egoísmo, em bem coletivo. Para Smith, se não houvesse a troca, não haveria a divisão do trabalho, nem a produção de excedentes. Os principais fatores limitantes da divisão do trabalho seriam o tamanho do mercado, por isso deve estar em constante expansão e os meios de transportes porque facilitam as trocas. Assim, o Estado deveria investir neste setor, sobretudo, no transporte marítimo, porque este amplia o mercado externo, enquanto o fluvial dinamiza o mercado interno.

O dinheiro é tratado por Smith como uma forma específica de capital circulante, de extrema importância como meio de pagamento, pois o seu uso facilita as trocas. Para o autor, na medida em que as sociedades avançam, há uma tendência à queda na taxa de lucro e, portanto, da acumulação porque os salários, que são determinados pelo mercado, crescem em uma economia em expansão. Como salários, a renda da terra e os lucros são componentes do preço, há esta tendência natural à queda na taxa de lucro e, da mesma forma, da acumulação. Ademais, os produtos ficam mais elaborados e a concorrência intercapitalista aumenta o que é bom para o consumidor, porque os preços caem e a qualidade melhora. Porém, para o ofertante é necessária a poupança, para haver investimentos em capital fixo e/ou circulante e no trabalho produtivo, pois é o que produz bens tangíveis para as trocas. Por isso, Smith condena o gasto excessivo em trabalho improdutivo e em supérfluos.

Assim, no espiral de crescimento de uma nação, Smith considera a interdependência direta entre os seguintes fatores: divisão do trabalho, acúmulo de capital, aumento da produção e da produtividade do trabalho, aumento da renda nacional e dos salários. Neste processo, os preços tanto dos salários, quanto das mercadorias têm papel importante sendo obtidos, em ambos os casos, pela interação entre a oferta e a demanda. Entretanto, o ponto de partida é o preço natural, ou seja, aquele de longo prazo, e que gera uma receita suficiente para pagar os custos dos salários, renda da terra e lucro. Assim, o preço de mercado, de curto prazo, por depender dos desvios da oferta e da demanda, pode ficar acima, abaixo ou igual ao preço natural, embora, em geral, flutue em torno do preço natural. O que o ofertante almeja é o preço de mercado acima do natural, para que haja acumulação.

Observa-se, portanto, que o modelo de crescimento descrito por Smith difere totalmente das duas vertentes do pensamento econômico vigentes no século XVIII: a mercantilista e a fisiocrática. Esta última, francesa, por exigir uma monarquia minimamente despótica, não foi implementada dado que a França continuou absolutista até a Revolução Francesa, em 1789. O mercantilismo, por outro lado, foi amplamente praticado nos países europeus, tendo predominado do século XV ao XVIII. Estes dois temas foram tratados no Livro Quarto de “A riqueza das nações”, por Smith, que os chamou de “Sistema Comercial ou Mercantil” e “Sistema Agrícola”,

respectivamente. O primeiro foi amplamente criticado em todos os aspectos, por Smith, que se utilizou de farto material histórico e empírico, para comprovar que se tratava de práticas nefastas para as economias que as praticavam e para a sociedade. A sua crítica inicia-se pela ideia errônea, segundo Smith, de que a principal medida de riqueza de uma nação seria o acúmulo de metais preciosos. Assim, para Smith, as práticas altamente regulamentadoras e protecionistas dos estados europeus tinham pouca serventia para o enriquecimento das nações.

O mercantilismo enquanto doutrina e prática estatal era o “monstro” que Smith almejava derrubar. Com este objetivo, utilizou-se de longos e sólidos argumentos, que foram fundamentados em fartos dados históricos, empíricos até quantitativos, para comprovar a incapacidade das políticas mercantilistas de promoverem o crescimento das nações onde eram praticadas. O método comparativo também foi amplamente utilizado pelo autor, partir de exemplos de nações como Portugal, Holanda, Espanha, França, Inglaterra, China, em diferentes tempos históricos. Até as colônias inglesas na América foram consideradas em suas análises.

Neste Livro Quarto fica claro que o liberalismo defendido por Smith, representava uma forte contraposição ao mercantilismo. O tema já havia sido tratado no Livro Terceiro, de “A riqueza das nações”, onde Smith explica que na sua interpretação, o “Sistema Mercantil” representava um processo de desenvolvimento antinatural. O natural observa Smith, com base em exemplos de diversos povos, em diferentes tempos históricos é o desenvolvimento do campo e da cidade, praticando o intercâmbio com vantagens mútuas e, depois, o comércio externo. Assim, para o autor, a prática mercantil verificada no capitalismo na sua fase comercial, rompeu esta ordem natural que é a que realmente leva ao crescimento econômica de uma nação.

Observa-se, portanto, que o liberalismo defendido por Smith só pode ser entendido neste contexto de contraposição ao Estado absolutista mercantilista vigente na Europa da sua época. O Estado para Smith, assim como o mercado são instituições com funções e atuações diferentes, mas imprescindíveis para o bom funcionamento de qualquer sociedade avançada. O tema Estado é tratado no Livro Quinto de “A riqueza das nações”, onde Smith mostra que se trata de uma instituição que tem importantes funções a desempenhar sem, no entanto, se constituir em obstáculos à livre iniciativa, tolher as liberdades individuais ou inibir o crescimento econômico individual e das nações, como faziam os Estados absolutistas mercantilistas. Ou seja, o Estado não pode e não deve, segundo Smith, interferir no curso natural da sociedade, mas deve auxiliar o desenvolvimento da livre iniciativa e da própria nação, inclusive controlando, da melhor forma possível suas receitas e despesas.

Para Smith são funções do Estado: a) “O primeiro dever do soberano, o de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes [...]” (SMITH, 1988: 3). Se deve fazer isto com a força militar – exército. Os gastos são permitidos em tempos de guerra e de paz; b) Justiça: “O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma” (SMITH, 1988: 15). O que comporta gastos com um sistema judicial independente e rigoroso. Para o autor, uma sociedade onde a justiça não funciona tende a declinar.; c) O terceiro dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter instituições e obras públicas que, embora possam

proporcionar a máxima vantagem para a grande sociedade, são de tal natureza [...]” (SMITH, 1988: 25).

Para Smith, existem obras como as de infraestrutura, por exemplo, que exigem grandes investimentos em capital levando ao desinteresse da iniciativa privada. O estado deve assumir estes investimentos, tais como: construções direcionadas à defesa do país contra possíveis ataques externos; à administração da justiça, à construção de infraestrutura para facilitar o comércio, entre as quais se destacam a construção e a manutenção de estradas, pontes e canais navegáveis. A promoção da instrução dos cidadãos de todas as idades e, principalmente dos jovens pobres também é função do Estado e, para isso, o Estado além de investir em edificações, deve auxiliar com uma ajuda de custo os professores porque recebiam contribuições voluntárias.

Adicionalmente, Smith inclui uma quarta função do Estado que seria a manutenção, com dignidade, do sustento do soberano. Segundo Smith (1988: 91): “Além da despesa necessária para possibilitar ao soberano o cumprimento de seus vários deveres, requer-se determinada despesa para sustentar sua dignidade. ”O valor destes gastos varia de época para época e dependem também da riqueza do país.” Em fases de prosperidade podem ser maiores. De onde viriam as receitas para estas despesas do Estado? Do povo, por meio de impostos e tributos. Neste Livro Smith também condena o endividamento público. Para Schumpeter (1964), este Livro Quinto de “A riqueza das nações” é um completo tratado de finanças, devendo ser lido por todos os que se interessam pelo tema.

Observa-se, portanto, ao longo de “A riqueza das nações”, em especial nos Livros Terceiro, Quarto e Quinto, que na realidade, a ideia de autorregulação do mercado em Smith é superestimada por seus intérpretes dado que a leitura revela uma interdependência entre ambos, isto é, Mercado e Estado. Os dois são atuantes, cada um nas funções. Ou seja, são duas instituições em que uma cria as condições de existência da outra. Ambos são instrumentos importantes para o bom funcionamento de uma nação, quando cada um cumpre o seu papel adequadamente. Outra interpretação que leva à reflexão é a ideia de que o capitalismo seria, para Smith, um sistema econômico de expansão sem fim, quando na realidade, para Smith, a tendência da queda na taxa de lucro é uma possibilidade real à medida que o crescimento econômico prossegue, porque aumenta a concorrência, o que é bom para o consumidor, mas não para o ofertante e para a nação, que vê sua renda cair. Por isso, Smith reforça a necessidade de haver a constante expansão dos mercados, da criação de novos setores entre outras medidas.

A própria noção de divisão do trabalho e suas inter-relações, embora sejam temas tratados no Livro Primeiro, têm que ser analisados no contexto da obra, pois para Smith, embora o aperfeiçoamento constante da divisão do trabalho seja a mola propulsora da produção e, portanto, do aumento da riqueza, tem efeitos negativos sobre o trabalhador. O tema é tratado no Livro Quinto, onde Smith afirma que:

“[...] com o avanço da divisão do trabalho [...] a maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples [...] não têm oportunidade de exercitar sua compreensão ou para exercer o seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades [...]

tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto possa ser uma criatura humana [...] (Smith, 1988, p.65, v. III).

Smith prossegue apontando dezenas de dificuldades que o trabalhador enfrenta durante a sua vida, pelo exercício de tarefas repetitivas. Por isso defende a ideia de que o Estado deve ofertar a educação para as pessoas pobres de todas as idades, em especial para os jovens, dado que os ricos possuem recursos financeiros de custeá-la. O Estado deve, inclusive, criar estímulos para o estudo, incluindo a oferta de prêmios. Para Smith (1988, p. 68, v.III): “O Estado pode estimular a aquisição desses elementos mais essenciais da educação oferecendo prêmios e pequenas distinções aos filhos das pessoas comuns que se sobressaírem.”

Enfim, concordando ou não com suas ideias, em parte ou na totalidade, não se pode negar a importância de Adam Smith à Ciência Econômica. Suas ideias veem moldando teorias e políticas econômicas há 250 anos, seja pela sua crítica, seja pela defesa dos princípios por defendidos ele. O seu legado tem se perpetuado nestes dois séculos e meio, rompendo fronteiras físicas e no campo das ideias, se constituindo nas bases para a compreensão da relação entre economia, sociedade e comportamento humano, na sua inter-relação com a filosofia, história e economia.

No livro “A riqueza das nações” se tem tudo isso. Assim, concorda-se com Heilbroner, quando afirma:

[...] Há uma longa lista de observadores que antes de Smith vislumbraram sua compreensão do mundo: Locke, Steuart, Mandeville, Petty, Cantillon, Turgot, isto sem mencionar Quesnay e Hume. Smith pegou tudo deles [...] há mais de cem autores mencionados por nome em seu trabalho. **Mas onde outros pescaram aqui e ali, Smith lançou sua rede amplamente; onde outros esclareceram esta ou aquela questão, Smith iluminou a paisagem inteira.** (Heilbroner, 1996, p. 51. Grifos Nossos).

Então, sim. O livro não é revolucionário pela sua originalidade, porque nisto já há o consenso de que original ele não é. Porque as ideias que Smith apresenta em “A riqueza das nações” já estavam presentes em sua época. Mas isso em nada reduz sua qualidade. Os seus antecessores que, com suas ideias muito contribuíram para a elaboração da obra, não conseguiram estabelecer, por meio de um núcleo teórico e bases científicas, um modelo que explicasse o crescimento econômico como fez Smith.

3 A CRISE DA TEORIA CLÁSSICA E A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO KEYNESIANO

Antes de publicar “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (1936), Keynes já havia chamado atenção do mundo com a obra “As Consequências Econômicas da Paz” (1919). Nesse texto, ele antecipa, com precisão, os problemas econômicos e geopolíticos desestabilizadores que emergiriam do Tratado de

Versalhes², criticando a imposição de duras reparações à Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. Sua análise combinava perspicácia econômica e visão diplomática, revelando-se um autor capaz de compreender os efeitos sistêmicos das decisões políticas sobre a estabilidade econômica internacional.

Nas décadas de 1910 e 1920, o cenário econômico internacional foi marcado pela reconstrução europeia, pela instabilidade do sistema financeiro e pelo enfraquecimento da ordem liberal clássica. O padrão-ouro³, pilar da estabilidade monetária do século XIX, entrou em crise diante das flutuações cambiais e da dificuldade de coordenar políticas nacionais em um ambiente de dívidas de guerra e tensões protecionistas. Ao mesmo tempo, cresciam as pressões sociais por maior intervenção estatal, em resposta às desigualdades e à volatilidade que caracterizavam o capitalismo nesse período. Esse contexto alimentou a crítica de Keynes à crença irrestrita na autorregulação dos mercados, formulada em ensaios como “O Fim do *Laissez-Faire*” (1978), e preparou o terreno para sua ruptura teórica nos anos 1930 (Hobsbawm, 1995; Eichengreen, 1996; Skidelsky, 2010).

Com a publicação da “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” em 1936, Keynes consolidou sua reputação como um pensador influente além da academia, assumindo papel central no debate econômico durante e após a crise de 1929. A experiência direta das falhas do sistema clássico em responder ao colapso da demanda agregada e ao desemprego em massa foi determinante para a formulação de sua nova teoria.

A quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929 desencadeou a Grande Depressão, espalhando-se rapidamente pelo mundo e provocando o colapso da atividade econômica, desemprego em massa e retração prolongada do investimento privado. Esse impacto evidenciou as limitações da teoria clássica, cujos pressupostos de autorregulação dos mercados, flexibilidade de preços e tendência ao pleno emprego mostraram-se ineficazes diante de uma retração generalizada da demanda efetiva⁴. Foi nesse contexto que Keynes defendeu que os economistas precisavam abandonar “hábitos mentais antiquados” e repensar os fundamentos do modelo vigente (Keynes, 1996, p. 321).

Nesse esforço, ele introduziu conceitos inovadores que transformaram a forma de pensar a política econômica. Em oposição à Lei de Say, que postulava que “toda oferta cria sua própria demanda”, argumentou que não há garantia de que a renda total gerada por uma economia será suficiente para absorver toda a produção. A insuficiência de demanda agregada pode conduzir a equilíbrios com desemprego involuntário, mesmo sem rigidez nos salários ou falhas institucionais. Nesse contexto,

² O Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, encerrou formalmente a Primeira Guerra Mundial entre a Alemanha e as potências aliadas. O acordo impôs severas reparações financeiras, restrições militares e perdas territoriais à Alemanha, configurando um marco decisivo para a ordem econômica e política do período entre guerras Hobsbawm (1995).

³ O padrão-ouro foi um sistema monetário em que as moedas nacionais eram convertíveis em ouro a taxas fixas, proporcionando estabilidade cambial até sua crise no período entre guerras. Ver Eichengreen (2008).

⁴ Embora relacionados, os conceitos de demanda agregada e demanda efetiva não são idênticos. A primeira refere-se ao gasto total da economia (consumo, investimento, gasto público e exportações líquidas). Enquanto a demanda efetiva, para Keynes, corresponde ao ponto de equilíbrio em que as expectativas de vendas se concretizam, determinando o nível de produção e emprego. (Keynes, 1996).

a demanda efetiva passa a ser vista como o principal determinante do nível de produção e emprego. Além disso, a preferência pela liquidez e a incerteza sobre o futuro explicam a instabilidade do investimento privado, revelando a necessidade de uma atuação mais incisiva do Estado como agente estabilizador do ciclo econômico (Davidson, 2007)

Em outra frente, Keynes também contestou os fundamentos da teoria quantitativa da moeda, que pressupunha uma relação direta e proporcional entre oferta monetária e nível de preços. Ao rejeitar a ideia de neutralidade da moeda, ele defende que variações na política monetária podem afetar variáveis reais, como produção e emprego, sobretudo em contextos de incerteza e baixa confiança dos agentes econômicos. Essa visão confere maior complexidade à dinâmica monetária e financeira das economias modernas, desafiando a ortodoxia que desconsiderava os efeitos institucionais e psicológicos sobre os mercados (Keynes, 1996; Tavares, 1983; Minsky, 1986).

Outro ponto central da crítica de Keynes diz respeito à explicação clássica do desemprego. Para os economistas ortodoxos, o desemprego só poderia ser voluntário — resultado da escolha dos trabalhadores — ou consequência de rigidez nos salários, que impediriam o ajuste automático do mercado de trabalho. Keynes rompe com essa concepção ao introduzir a noção de desemprego involuntário, mostrando que ele pode ser persistente e estrutural, sobretudo em contextos de retração da atividade econômica e de queda das expectativas empresariais. Nesse cenário, a simples redução de salários não seria capaz de restabelecer o equilíbrio, já que a insuficiência de demanda efetiva bloquearia a recuperação do emprego. Em resposta, Keynes propõe o uso de políticas fiscais expansionistas, incluindo gastos públicos e déficits orçamentários deliberados, como instrumentos legítimos para estimular a demanda agregada, restaurar a confiança e reativar o crescimento (Tavares, 1983; Skidelsky, 2010).

Esse conjunto de ideias representa uma ruptura decisiva com o paradigma do *laissez-faire*, dominante desde os tempos de Smith e consolidado pela escola clássica e neoclássica. Para Keynes, a crença na autorregulação dos mercados era não apenas ingênua, mas perigosa, pois ignorava os riscos de instabilidade endógena do capitalismo. Ao afirmar que “no longo prazo estaremos todos mortos” (Keynes, 1996, p. 92), o autor critica a passividade das abordagens tradicionais diante das crises econômicas, defendendo a urgência da ação estatal como instrumento de proteção social e preservação da ordem econômica.

A *Teoria Geral* inaugura, assim, uma nova etapa no pensamento econômico, marcada pela ascensão da macroeconomia como campo analítico autônomo, voltado à compreensão dos agregados econômicos e à formulação de políticas públicas para promover o pleno emprego e a estabilidade. O papel do Estado deixa de ser visto como uma interferência indevida e passa a ser concebido como condição necessária para o funcionamento eficiente e equilibrado do sistema capitalista. Essa inflexão teórica e política influenciaria profundamente o pensamento econômico e as práticas governamentais ao longo do século XX, especialmente no período pós II Guerra Mundial (1939-1945), com a consolidação dos modelos de bem-estar social e planejamento keynesiano.

4 SMITH E KEYNES: RUPTURAS, CONTINUIDADES E COMPLEMENTARIDADES

Apesar de serem frequentemente associados a correntes de pensamento distintas, Smith como fundador do liberalismo econômico⁵ clássico e Keynes como reformador crítico do capitalismo, a comparação entre suas obras revela tanto divergências fundamentais quanto convergências teóricas e éticas relevantes, especialmente quando situadas em seus respectivos contextos históricos.

Uma primeira diferença marcante está no período histórico e nas condições econômicas enfrentadas pelos autores. Adam Smith escrevia em meio ao avanço de duas revoluções do século XVIII: a Científica e a Industrial, num contexto de fortalecimento do liberalismo político e econômico na Grã-Bretanha, onde viveu. Já Keynes, por sua vez, escrevia no século XX, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da crise de 1929 e da Grande Depressão. Sua teoria nasce da necessidade de repensar os fundamentos do sistema capitalista, no período entre guerra, diante do fracasso dos mercados em garantir o pleno emprego e a estabilidade (Keynes, 1996; Tavares, 1983).

As diferenças metodológicas também são significativas. Smith parte de uma abordagem dedutiva, indutiva e filosófica, ancorada na observação da natureza humana e no papel das instituições morais. Seu modelo de mercado se estrutura a partir do comportamento individual e da interação entre interesses privados, mediados por normas sociais e pela competição. Keynes, por sua vez, adota uma abordagem analítica e indutiva, baseada na análise empírica das flutuações econômicas e na incerteza como categoria central da decisão econômica (Davidson, 2007). A ênfase de Keynes está na dinâmica dos agregados macroeconômicos, como renda, investimento e emprego como também na impossibilidade de estabilidade espontânea no sistema capitalista.

Outra diferença fundamental refere-se ao papel atribuído ao Estado. Para Smith, o governo deveria garantir segurança contra ataques externos, justiça para defesa dos cidadãos internamente, infraestrutura para as atividades econômicas e educação para a população pobre em todas as idades, em especial para os jovens. Mas, a atividade econômica seria melhor conduzida pela ação livre dos agentes no mercado. Sua defesa do livre comércio e da não intervenção excessiva está condicionada à existência de instituições que assegurem o funcionamento adequado do sistema (Smith, 1996). Keynes, ao contrário, defende a intervenção ativa do Estado como condição para corrigir falhas de mercado, estimular a demanda efetiva e garantir o pleno emprego. Essa visão não nega os méritos da economia de mercado, mas aponta seus limites estruturais e a necessidade de gestão pública (Keynes, 1996; Skidelsky, 2010).

Apesar dessas diferenças, há elementos de continuidade importantes entre Smith e Keynes. Ambos demonstram preocupação com o bem-estar coletivo, com as

⁵ Locke é considerado o fundador do liberalismo político, enquanto Smith difundiu o liberalismo econômico, já defendido pelos fisiocratas. Inclusive atribui-se ao fisiocrata industrialista Gournot a tão repetida criada no século XVIII e que tem simbolizado o liberalismo econômico: *Laissez-faire, laissez-passer*.

instituições sociais e com a ordem econômica sistêmica. Smith via no mercado um meio de organizar a sociedade de forma eficiente e relativamente justa, desde que orientado por valores morais internalizados, como os expressos na figura do "espectador imparcial", em "Teoria dos Sentimentos Morais" (Smith, 1999; Holland, 2014). Keynes, por sua vez, entendia que a economia deveria servir às necessidades humanas e ser submetida à política, e não o contrário (Skidelsky, 2010). Para ele, a busca por lucro deveria estar subordinada à estabilidade econômica e à justiça social.

Em termos teóricos, há também possibilidades de complementaridade entre os microfundamentos clássicos de Smith e a abordagem macroeconômica de Keynes. Enquanto Smith analisa os incentivos individuais e os mecanismos de mercado que promovem o crescimento de longo prazo, Keynes mostra como choques de curto prazo, expectativas e decisões agregadas afetam a estabilidade do sistema. No debate contemporâneo, autores como Paul Krugman, Joseph Stiglitz e Mariana Mazzucato têm retomado essa complementaridade, ao enfatizar a importância de unir eficiência de mercado com coordenação estatal inteligente (Krugman, 2009; Mazzucato, 2014; Stiglitz, 2012). Dessa forma, Smith e Keynes permanecem como referências estruturantes para a compreensão crítica e plural da economia.

A comparação entre as ideias de Smith e Keynes pode ser visualizada a partir de algumas dimensões centrais. O Quadro 1 sintetiza rupturas, continuidades e complementaridades entre ambos, destacando os pontos mais relevantes em seus respectivos contextos históricos e teóricos.

Quadro 1 - Smith e Keynes: rupturas e complementaridades

DIMENSÃO	ADAM SMITH	JOHN M. KEYNES	SÍNTESE
CONTEXTO	Consolidação do capitalismo, na sua fase industrial no século XVIII	Crises do capitalismo avançado - fase monopolista-financeiro (séc. XX).	Ruptura histórica.
MÉTODO	Métodos de abordagem: dedutivo, indutivo e filosófico. Métodos de procedimento: histórico e comparativo.	Análise empírica e incerteza.	Abordagens distintas.
ESTADO	Funções limitadas (segurança, justiça, infraestrutura e educação).	Intervenção ativa (fiscal e monetária).	Ruptura, mas ambos reconhecem a importância das instituições.
MERCADO	Tendência à coordenação eficiente.	Suscetível a falhas e instabilidades.	Complementaridade condicional.
DIMENSÃO SOCIAL	Bem-estar coletivo orientado por valores morais.	Justiça social e pleno emprego como objetivos.	Continuidade ética.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como se observa, as diferenças entre Smith e Keynes são significativas, sobretudo quanto ao papel do Estado e à concepção de mercado. Ainda assim, há elementos de continuidade, ambos reconhecem a importância das instituições e compartilham uma preocupação ética com o bem-estar coletivo. Essa leitura comparativa reforça a atualidade de seus legados, que, embora distintos, podem ser considerados complementares para uma compreensão crítica e plural da economia.

4.1 REFLEXÕES ATUAIS: O LEGADO DE DOIS PILARES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

A relevância do pensamento de Smith e Keynes vai além de suas épocas. Em tempos marcados por crises econômicas globais, aumento das desigualdades, transformações tecnológicas e desafios ambientais, suas ideias continuam a oferecer lentes analíticas poderosas para interpretar e enfrentar os dilemas contemporâneos.

A noção smithiana de que o mercado requer um arcabouço institucional e ético para funcionar adequadamente é particularmente atual frente à financeirização, à concentração de poder corporativo e aos riscos socioambientais do crescimento desenfreado. Sua defesa da concorrência, da transparência e da divisão do trabalho ainda inspira debates sobre produtividade, inovação e justiça distributiva (Blanke, 2015). Do mesmo modo, o keynesianismo tem sido recorrentemente retomado em momentos de crise, como nas respostas à crise financeira de 2008 e à pandemia de COVID-19, para justificar políticas de gasto público, subsídios estatais e coordenação monetária internacional (Stiglitz, 2020; Mazzucato, 2021).

No campo da formação acadêmica, Smith e Keynes seguem como pilares indispensáveis do ensino de economia, mesmo em meio à crescente complexidade das abordagens econométricas e modelos formais. A leitura crítica e contextualizada de suas obras permite não apenas conhecer as origens da disciplina, mas também estimular a reflexão ética e histórica sobre os rumos da política econômica. A pluralidade metodológica e a sensibilidade social presentes em seus escritos contribuem para romper com o tecnicismo desumanizado que muitas vezes domina os currículos contemporâneos (Fonseca, 2003).

Além disso, nas fronteiras da teoria econômica contemporânea, diversas contribuições recentes podem ser interpretadas como herdeiras ou reformulações das ideias de Smith e Keynes. O modelo de crescimento de Solow (1987), ao destacar o papel do progresso tecnológico e do acúmulo de capital, retoma de maneira modernizada a ênfase smithiana na produtividade e na divisão do trabalho. Já a teoria do crescimento endógeno de Romer (2018) aproxima-se tanto da tradição clássica, ao reconhecer a importância da inovação e das instituições, quanto da perspectiva keynesiana, ao valorizar a ação pública como motor de transformação econômica. Esses aportes evidenciam a permanência da preocupação com crescimento sustentável, inovação e coordenação institucional como elementos centrais da economia política.

Na macroeconomia aplicada, Blanchard (2021) tem atualizado a tradição keynesiana ao incorporar rigidezes nominais, desemprego persistente e a importância da política fiscal em seus modelos, influenciando o debate sobre dívida pública e

estabilização em crises recentes. Em perspectiva didática, Mankiw (2021) consolidou-se como um dos principais difusores da síntese neoclássico-keynesiana, tornando acessível a estudantes e pesquisadores uma visão integrada que reconhece tanto as contribuições clássicas quanto as keynesianas.

Por outro lado, autores como Friedman (1976), Lucas (1995) e posteriormente Prescott e Kydland (2004) representaram contrapontos decisivos ao keynesianismo. Suas contribuições, baseadas em expectativas racionais, monetarismo e modelos de ciclos reais de negócios, questionaram a eficácia das políticas de demanda e consolidaram a Nova Economia Clássica como corrente dominante durante boa parte da segunda metade do século XX.

Mais recentemente, as contribuições de Acemoglu, Robinson e Johnson (2024) reforçam a atualidade das preocupações de Smith e Keynes. Ao demonstrar que a prosperidade depende da construção de instituições inclusivas. Dessa forma os autores atualizam a intuição smithiana sobre a centralidade do arcabouço institucional e ético para o funcionamento dos mercados. Ao mesmo tempo, a ênfase no papel do Estado como garantidor de direitos, promotor de inovação e provedor de bens públicos aproxima-se da visão keynesiana de que a coordenação estatal é indispensável para enfrentar crises e incertezas. Tem-se, portanto, um debate contemporâneo que evidencia não apenas a continuidade, mas também a contestação e a reformulação crítica dos fundamentos lançados por Smith e Keynes, reafirmando sua relevância diante dos desafios do século XXI.

Esses avanços mostram que a comemoração dos 250 anos de *A Riqueza das Nações* e dos 90 anos de *A Teoria Geral* não é apenas um tributo ao passado, mas uma oportunidade para reafirmar a atualidade desses autores no centro da reflexão econômica moderna. A longevidade de suas ideias decorre da capacidade que ambas têm de serem revisitadas, adaptadas e aplicadas à luz dos dilemas contemporâneos, seja na gestão da política fiscal, no desenho institucional dos mercados ou na busca por um modelo de desenvolvimento justo e sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A celebração dos 250 anos de *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* e dos 90 anos de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* representa uma oportunidade singular para revisitar as origens e as inflexões críticas que moldaram a teoria econômica moderna. Ao resgatar os fundamentos propostos por Adam Smith e as rupturas introduzidas por John Maynard Keynes, este artigo buscou evidenciar como ambos os autores, cada um a seu tempo, desempenharam papéis estruturantes na consolidação da economia como campo analítico, normativo e institucional.

A obra de Smith lançou as bases para a compreensão dos mecanismos de mercado, da liberdade econômica e do crescimento como fenômeno sistêmico, sustentado por instituições e valores morais. Por sua vez, a contribuição de Keynes redefiniu o papel do Estado, introduziu uma abordagem macroeconômica centrada na demanda agregada e rompeu com os postulados do *laissez-faire* ao propor uma teoria realista das flutuações e do desemprego.

Mais do que figuras históricas, Smith e Keynes permanecem centrais nos debates atuais. Seus legados continuam sendo revisados, atualizados e tensionados nas fronteiras da ciência econômica contemporânea, como demonstram estudos recentes que buscam articular microfundamentos clássicos com estruturas macroeconômicas keynesianas, integrando evidências empíricas e formulações normativas em resposta a novos desafios globais.

Diante das crises ambientais, das transformações tecnológicas, das desigualdades persistentes e da necessidade de um novo pacto entre mercado e Estado, as ideias desses autores seguem como referências indispensáveis para pensar alternativas. Revisitar Smith e Keynes, portanto, não é apenas olhar para o passado com reverência, mas reafirmar seu lugar no presente e, sobretudo, na construção de um futuro econômico mais justo, eficiente e democrático.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. **Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty**. Crown Business. New York, 2012.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomics**. 8. ed. Boston: Pearson, 2021.
- BLANKE, A. Adam Smith: justiça e liberdade no capitalismo emergente. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 5–26, jan./mar. 2015.
- DAVIDSON, P. **John Maynard Keynes**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- EICHENGREEN, B. **Golden fetters: the gold standard and the Great Depression, 1919-1939**. New York: Oxford University Press, 1996.
- EICHENGREEN, B. **Globalizing Capital: A History of the International Monetary System**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- FONSECA, P. **Fundamentos de história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- FRIEDMAN, M. **A Theory of the Consumption Function**. Princeton University Press, 1957.
- FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy. **American Economic Review**, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.
- HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLAND, M. O pensamento moral de Adam Smith. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 27–45, 2014.
- KEYNES, J. M. **O fim do laissez-faire**. In: SMERECANYI, T.; FERNANDES, F. (Orgs.). **John Maynard Keynes**. São Paulo: Ática, 1978.
- KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.



KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1996.

KYDLAND, F. E.; PRESCOTT, E. C. Rules Rather than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans. **Journal of Political Economy**, v. 85, n. 3, p. 473-492, 1977.

KYDLAND, F. E.; PRESCOTT, E. C. Time to Build and Aggregate Fluctuations. **Econometrica**, v. 50, n. 6, p. 1345-1370, 1982.

KRUGMAN, P. **A volta da economia da depressão e a crise de 2008**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LUCAS, R. E. Jr. Econometric Policy Evaluation: A Critique. In: BRUNNER, Karl; MELTZER, Allan (Org.). The Phillips Curve and Labor Markets. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, v. 1, p. 19-46, 1976.

MANKIW, N. Gregory. **Principles of Economics**. 9. ed. Boston: Cengage Learning, 2021.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MAZZUCATO, M. **O valor de tudo: refazendo a economia depois da pandemia**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2021.

MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

ROMER, P. M. Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. S71-S102, 1990.

ROMER, P. M. Economic Growth. **Nobel Prize Lecture**, Estocolmo, 2018.
Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2018/romer/lecture/>. Acesso em: 19 set. 2025.

SARGENT, Thomas J.; WALLACE, Neil. Rational Expectations and the Theory of Economic Policy. **Journal of Monetary Economics**, v. 2, n. 2, p. 169-183, 1976.

SKIDELSKY, R. **Keynes: o retorno do mestre**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SMITH, A. **A teoria dos sentimentos morais**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SMITH, A. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



SMITH, A. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vols. I, II e III.

SOLOW, Robert M. Technical Change and the Aggregate Production Function. **The Review of Economics and Statistics**, v. 39, n. 3, p. 312-320, 1957.

SCHUMPETER, J. A. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, v. 2.

STIGLITZ, J. E. **Capitalismo progressista: a resposta à era do descontentamento**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade: como a sociedade dividida de hoje põe em risco o nosso futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TAVARES, M. C. Keynes e os clássicos: um estudo de ruptura. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1–35, 1983.